



INSTRUÇÕES DA PROVA DISCURSIVA
17 DE OUTUBRO DE 2013

1. **Aguarde** a autorização para abertura do **CADERNO DE QUESTÕES**.
2. Este caderno contém **04 (quatro)** questões e **01 (uma)** dissertação.
3. O **CADERNO DE RESPOSTAS** contém **05 (cinco)** folhas pautadas para a dissertação e questões e **05 (cinco)** folhas sem pauta, para rascunho.
4. **NÃO** coloque fora do quadro de identificação, localizado na capa do **CADERNO DE RESPOSTAS**, qualquer sinal de identificação, sob pena de **ANULAÇÃO** de sua prova.
5. As **FOLHAS DE RESPOSTAS** serão numeradas pelo candidato na sequência da utilização, por cada questão. **O VERSO DAS FOLHAS NÃO DEVERÁ SER UTILIZADO EM NENHUMA HIPÓTESE**. Ao término de cada resposta, inicie a outra na primeira linha de folha separada, com o reinício da numeração.
6. Para as respostas que necessitem número de folhas superior ao descrito acima, deverão ser solicitadas folhas adicionais aos fiscais da sala.
7. Os rascunhos **NÃO** serão considerados para fim algum.
8. É permitida a consulta à legislação desacompanhada de anotação ou comentário, **vedada** a consulta a obras doutrinárias, súmulas e orientação jurisprudencial. A transgressão implicará a pronta **eliminação** do candidato.
9. A prova escrita é manuscrita, com utilização de caneta de tinta azul ou preta, indelével, de qualquer espécie, **vedado** o uso de líquido corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente.
10. A prova terá a duração de **04 (quatro)** horas improrrogáveis.
11. O **CADERNO DE QUESTÕES** poderá ser levado pelo candidato **após** o encerramento do prazo de **3 (três) horas**.
12. A improbidade, a indisciplina ou a falta de decoro do candidato implicará a apreensão da prova e, a critério da Comissão de Concurso, a **ELIMINAÇÃO** do candidato no concurso.
13. Durante a realização da prova, **não** será permitido que o candidato, sob pena de eliminação, utilize telefone celular ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como de computador portátil, inclusive "palms" ou similares.
14. Após a entrega da **FOLHA DE RESPOSTAS** ao Fiscal, o candidato **não** poderá permanecer nos prédios de realização da prova.

BOA PROVA!

Questão nº 01

Narbal, sócio-gerente da empresa “*Laticínios e Frios Alfajor Ltda.*” teve seu nome inscrito no cadastro negativo de proteção ao crédito, comprovando-se, *a posteriori*, que tal registro fora indevido, uma vez que a dívida tinha sido quitada de forma parcelada. O sócio ajuizou, assim, demanda reparatória respectiva.

A empresa, algum tempo depois, também ajuizou demanda reparatória por danos morais, alegando que aquela inscrição indevida do seu sócio teria impedido obtenção de empréstimo junto à Caixa Econômica Federal para o financiamento do plano de expansão industrial, sendo lesada em sua reputação, por via reflexa.

Com base no enunciado acima, **responda:**

- a) Em relação à inscrição do nome do sócio *Narbal*, nossa jurisprudência alberga o dano *in re ipsa*, como base suficiente para eventual pleito indenizatório?
- b) É admissível, *in casu*, a hipótese de prejuízos *reflexos* à pessoa jurídica?
- c) A pessoa jurídica pode ser vítima desta espécie de dano?

Questão nº 02

Em junho de 2013, A – gerente de uma empresa – cometeu o crime fiscal previsto no art.1º, I, da Lei 8.137/90 e, após o lançamento definitivo do tributo, depositou o valor economizado numa conta de empresa de fachada para, posteriormente, justificar os ganhos por meio de contratos fictícios. Após a condenação em primeiro grau, a empresa gerida por A pagou integralmente o débito oriundo do tributo, inclusive acessórios.

Responda:

- a) Qual(is) o(s) crime(s) praticado(s) por A e qual a consequência jurídica do pagamento realizado?
- b) A solução seria a mesma se, no caso, o referido pagamento fosse realizado *antes* do lançamento definitivo do tributo?

Questão nº 03

As divisões da filosofia repercutiram no direito, como se extrai da separação entre direito natural, direito positivo, realismo jurídico e pós-positivismo. No direito constitucional, sustenta-se que vivemos na era do *neoconstitucionalismo*, que influenciará o direito tributário. Nesse contexto, **pergunta-se**:

- a) O que significa neoconstitucionalismo?
- b) Que época vivemos no direito tributário?
- c) Como as divisões jusfilosóficas distintas refletem no direito tributário?
- d) Há algum (ns) tema (s) do direito tributário cujo impacto filosófico fica mais claro?

Fundamente suas respostas, justificando-as.

Questão nº 04

A assistência aos desamparados vem expressamente prevista na vigente Carta Constitucional, formando, juntamente com outros direitos sociais, os denominados direitos fundamentais de segunda geração. Para efetivação desse direito social estabeleceu-se que a assistência social deve ser prestada a quem comprove dela necessitar, com o pagamento de um salário-mínimo de benefício mensal à pessoa idosa maior de 65 anos, bem como à pessoa deficiente, observados certos critérios e a necessidade econômica.

Em função de tal proposição, **responda**:

- a) Quais as principais diferenças entre os direitos fundamentais de primeira e os de segunda geração e qual a relevância de tal distinção para a aplicação dos direitos sociais, sob o ponto de vista do princípio da legalidade?
- b) Comprovada a necessidade econômica, a pessoa portadora de deficiência terá direito ao denominado benefício assistencial de prestação continuada, ainda que o laudo médico aponte pela capacidade laborativa para o exercício pleno de diversas atividades?
- c) O que se entende por necessidade econômica e qual será a consequência para um portador de deficiência, que esteja recebendo benefício assistencial de prestação continuada, caso venha a exercer atividade formal remunerada?

Questão nº 05

Discorrer a respeito da noção de *ato administrativo*, ressaltando o critério hábil à sua identificação dentre as atividades jurídicas do Estado, bem como a respeito da extensão do *controle judicial* quanto ao mesmo.